



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO:0000567-66.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Final - Dispensa Eletrônica – Aquisição de Bens Consumos -
Materiais Hospitalares - **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 146 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES da SGP, que tem como objeto a contratação direta, para o exercício de 2023 de pessoa jurídica especializada no fornecimento de **Bens de Consumo - Materiais Hospitalares** ([0990663](#)), com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([0990776](#)).

02. Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 122/2023 ([1019027](#)), concluiu:

a) pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 4/2023-SAMES ([1017437](#)) - também analisado e tido como regular pela SAC ([1018120](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar os materiais demandados, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/202** (atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022) **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

Conforme já apontado no item 7 deste parecer, a programação orçamentária da despesa no exercício de 2023 foi juntada ao processo no evento ([1018471](#)), oportunidade em que a SPOF registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

Considerando que o valor da contratação pretendida está situado no limite da dispensa legal, atualmente fixado em **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), de acordo com a atualização de valores estabelecida pelo **Decreto Federal n. 11.317, de 29 de dezembro de 2022**, e que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação. **Precedente: Decisão desta administração, evento (0981838).**

c) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG (0926736)**, situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21).

38. Na forma do art. 4º da Lei n. 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC n. 123/2006, a **unidade demandante - SAMES informou que a dispensa será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME n. 67/2021).

39. Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

03. Por meio do Despacho n.1267/2023 ([1022966](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se favorável à contratação por meio de Dispensa Eletrônica e remeteu o feito à ASLIC para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

04. A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento ([1024715](#)).

05. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema Comprasnet ([1024713](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) relatório de propostas extraído do Portal

Compras.gov.br ([1027031](#) [1027038](#) [1027040](#) [1027042](#) [1027043](#) [1027044](#) [1027047](#) [1027050](#) [1027051](#) [1027052](#) [1027053](#) [1027055](#) [1027057](#) [1027060](#));

c) documentos de habilitação das empresas participantes

([1032278](#) [1032279](#) [1032281](#) [1032282](#) [1032283](#) [1032284](#) [1032284](#) [1032285](#) [1032287](#));

d) relatório de Julgamento e Habilitação extraído do sistema

Comprasnet ([1032291](#));

06. Por fim, o Agente de Contratação registrou as principais ocorrências do certame em seu Relatório 43/2023 ([1032324](#)), com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa. Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1032349](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, no qual também a constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1024675](#)).

08. Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) propostas comerciais:

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)).

b) Item deserto: Não houve;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Item Fracassado: Itens 5, 9 e 11 do edital** com as ocorrências delineadas no relatório ([1032324](#))

d) Aceitação/negociação:

Considerando o relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1032324](#)), definiu-se o ofertante dos menores preços.

Desse conjunto, verifica-se a recusa das propostas das seguintes participantes do certame:

I - Vec Comércio de Instrumentos e Materiais: Proposta recusada em virtude de manifestação da unidade técnica-demandante pelo não atendimento - **item 1** ([1027691](#));

II - FV Naylor's Cursos e Comércio de Instrumentos: Proposta recusada, considerando que proponente informou que o produto ofertado não atenderia às especificações e exigências do aviso (não possui registro/notificação perante a ANVISA nem selo INMETRO) solicitando assim a desclassificação da proposta - **item 2**;

III - New Power Comércio e Importação: Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 27/2023 - **item 2**;

IV - Comercial Target de EPI e EPC LTDA: Proposta foi recusada com fundamento no item 6.5.2 e 6.5.3 do Aviso n. 27/2023 - **itens 2 e 4**;

V - Sophia Gonçalves Seffair: Proposta recusada com fundamento no item 6.5.4 do aviso n. 25/2023 - **item 5**;

VI - A3LS2 Terceirização Importação e Comercialização LTDA: Proposta recusada com fundamento no item 6.5.4 do Aviso n. 25/2023 - **itens 5, 9 e 11**;

VII - Cimina Comércio e Serviços LTDA: Proposta foi recusada em virtude de manifestação da unidade técnica-demandante pelo não atendimento ([1027691](#)) **item 13**;

ANÁLISE: As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação, além das manifestações técnicas da unidade demandante - **item 1** ([1030894](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- item 2 - ([1032137](#)) - itens 3 e 6 ([1027490](#)) - item 4 ([1032156](#)) - item 7 ([1027302](#)) - item 8 ([1027302](#)) - item 10 ([1027302](#)) - item 12 ([1027302](#)) - item 13 ([1030764](#)) - item 14 ([1027302](#)), demonstram a aplicação objetiva do critério para aceitação das proposta pelo menor preço ofertado e dos critérios de habilitação das participantes, ambos definidos no Aviso de Dispensa Eletrônica ([1024675](#)).

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação, visto que foram amplamente motivados e acompanhados pela unidade demandante.

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)) foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação ([1032324](#)), sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

III – CONCLUSÃO

09. Por todo o exposto, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 122/2023 ([1019027](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

I - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021, nas regras e diretrizes da Resolução CNJ n. 468/2022 e, ainda, nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

II - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 27/2023 ([1024675](#)), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1032291](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1030764](#)), **para adjudicação do seu objeto às seguintes cotantes:**

a) **Vania Cristina Da Silva Caetano** - CNPJ n. 46.599.200/0001-03, cotante do menor preço para o **Item 01**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032278](#));

b) **Cleia Martins Da Silva** - CNPJ n. 50.664.843/0001-60, cotante do menor preço para o **Item 02**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032282](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Tomina Comércio e Serviços Hospitalares LTDA** - CNPJ n. 38.218.493/0001-03, cotante do menor preço para o **Itens 03, 06 e 10**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032282](#));

d) **The Best Pharma LTDA Comércio e Serviços Hospitalares LTDA** - CNPJ n. 03.339.270/0001-10, cotante do menor preço para o **Item 07**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032287](#));

e) **Super Licite Licitações LTDA** - CNPJ n. 33.275.120/0001-50 cotante do menor preço para o **Item 04**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032285](#));

f) **Cimina Comércio e Serviços LTDA** - CNPJ n. 09.528.371/0001-15 cotante do menor preço para o **Item 08**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032281](#));

g) **AT Construções** - CNPJ n. 18.365.821/0001-97 cotante do menor preço para o **Item 12**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032280](#));

h) **Gracifarma Farmácia LTDA** - CNPJ n. 07.809.370/0001-13 cotante do menor preço para o **Item 13**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032283](#));

i) **Marcelo Souza Da Silva** CNPJ n. 46.974.377/0001-42 cotante do menor preço para o **Item 14**, devidamente habilitada, de acordo com os documentos juntados no evento ([1032284](#));

III - pela homologação do certame pela autoridade competente, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021

10. Considerando que os itens 5, 9 e 11 do presente certame restaram fracassados, deverá a unidade demandante, com fulcro no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)) e, ainda, no item 24 do Anexo VIII dessa norma - RITO DA TRAMITAÇÃO CONTRATAÇÕES DIRETAS - avaliar as seguintes medidas e submetê-las à deliberação do titular da SAOFC, nos termos dos seguintes incisos:

Art. 31. (...)

§ 3º Frustrada a contratação pelas vias estabelecidas nesta instrução normativa, a unidade demandante deverá avaliar as seguintes medidas para deliberação pelo titular da SAOFC:

I - analisar a possível repetição do procedimento dos itens fracassados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- II - alterar as especificações do objeto ou das condições da contratação;
- III - incluir o objeto em contratações por registro de preços;
- IV - cadastramento dos itens fracassados no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos;
- V - outras medidas possíveis para o atendimento da demanda.

Item 24 do Anexo VIII:

(...)

a) caso as propostas recebidas na fase de disputa da dispensa eletrônica não atendam aos requisitos da contratação ou possuam valor superior ao estimado na fase de planejamento, sendo inexitosa a negociação, enviará o processo à unidade demandante/EPC para adoção de uma das alternativas adiante:

a) realizar a contratação diretamente com o fornecedor que encaminhou a menor proposta na fase de planejamento, se houve pesquisa de preços nessa fase, com adoção das seguintes providências: (art. 22, III, IN SEGES 67/2021)

a1) realizar contato com o ofertante do menor preço e colher manifestação expressa - que poderá ser por e-mail - de confirmação da proposta e interesse na contratação;

a2) juntar comprovação da regularidade mínima do cotante para contratar com a Administração Pública;

a3) devolver o processo ao Gabinete da SAOFC - sendo desnecessárias alterações no TR/PB em razão da manutenção das condições da contratação - para manifestação sobre a autorização da despesa.

Conforme já apontado no **item 7** do Parecer Jurídico n. 122/2023, a programação orçamentária da despesa foi juntada ao processo no evento ([1018471](#));

11. Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

12. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao **senhor Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 24 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 14/07/2023, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 14/07/2023, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1033345** e o código CRC **181BC4B8**.
